



23820151



08018.046246/2022-64



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Plenário do Comitê Nacional para os Refugiados

## **ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS — CONARE**

**Observação: os colchetes – [...] – indicam que informações foram alteradas ou retiradas da ata original, com o objetivo de assegurar o sigilo de informações que poderiam levar à identificação de refugiados ou de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado.**

No dia 16 de junho de dois mil e três, às 15:00 horas, na sala 304 do Ministério da Justiça, foi realizada a 3ª Reunião Extraordinária do CONARE. Verificada a existência de quórum, nos termos do artigo sexto do Regimento, o Doutor Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, Presidente do CONARE, deu início aos trabalhos agradecendo a honrosa presença da Sra. Hope Hanlan, Diretora do Escritório para as Américas, assim como a do Doutor Agni Castro Pita, afirmando ter sido este momento muito esperado pelo Comitê para consolidar a estreita relação que o Governo vem mantendo com o ACNUR, no enfoque tripartite da temática do refúgio, representado pelo Governo, a sociedade civil, na figura das Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo e do Rio de Janeiro e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR. Informou aos presentes que a ausência da Doutora Nara C. N. Moreira da Silva, Coordenadora do CONARE, devia-se ao fato de que a mesma estava participando da reunião do Grupo de Trabalho sobre Reassentamento, naquele período, em Genebra, promovida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados — ACNUR, na qualidade de representante do Ministério da Justiça e do Governo brasileiro. Em prosseguimento, o Presidente enfatizou que, embora não tenha um número expressivo de refugiados, o Brasil acolhe 47 diferentes nacionalidades o que demonstra o nível de violação dos direitos humanos no mundo, bem como as perseguições motivadas por razões de religião, nacionalidade, opinião política e grupo social. Ressaltou que o Brasil reafirma o seu compromisso de continuar a proteger pessoas vítimas de perseguição, e que não encontram segurança em seu país de origem ou de nacionalidade. Mencionou que o Brasil possui uma legislação moderna, um Comitê que desempenha com êxito as atribuições que lhes são pertinentes, em parceria com a sociedade civil e as Nações Unidas, apesar da necessidade de avançar na questão da integração local dos refugiados. Afirmou ser de extrema importância a presença da ONU e o estreitamento dessas relações com a reabertura do escritório do ACNUR no Brasil. Em continuidade, a Doutora Hope Hanlan agradeceu o convite feito pelo Comitê, declarando que as viagens ao Brasil, à Argentina e ao Chile estavam lhe proporcionando "verdadeiros descobrimentos", pois, após os acontecimentos de 11 de setembro, ao contrário da quase totalidade dos governos que adotaram medidas restritivas de segurança em detrimento do apoio aos refugiados, estes países mantinham o compromisso de acolher estrangeiros advindos de diferentes nações, como foi o caso dos afegãos reassentados no Brasil, destacando que a presença das Cáritas no Comitê demonstravam a atitude aberta do Brasil para com o trato do tema do refúgio. Ainda, a Doutora Hope enfatizou o caráter modelar da Lei nº 9.474/97 que, inclusive, influenciara o Paraguai quando da elaboração de sua Lei, o que demonstrava mais uma vez o alto nível de comprometimento do Brasil para com a questão humanitária. Destacou que a Resolução da OEA, adotada na reunião realizada no Chile, não teria sido possível sem a participação e o apoio dos governos dos países da região, já citados. A

seguir, o Senhor Presidente liberou a palavra aos demais membros do Comitê, ocasião em que todos, unanimemente, demonstraram a sua satisfação em receber no Brasil a Doutora Hope Hanlan, presença ilustre no contexto do próprio CONARE. Nesta ocasião, a Doutora Claudia, Secretária Nacional de Justiça manifestou a disposição do Governo Federal em continuar trabalhando com muito empenho na questão dos refugiados. O Padre Ubaldo, Representante das Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo, disse que a reabertura do escritório do ACNUR no Brasil possibilitaria a ampliação das questões pertinentes ao refúgio, assim como, também, ao Programa de reassentamento. O Doutor Cândido, Representante das Cáritas Arquidiocesanas do Rio de Janeiro, ressaltou a importância da participação, pela primeira vez, da Diretora das Américas na reunião do Comitê, frisando que a maneira livre com que a Doutora Hope abordou temas tão significativos e sensíveis demonstrava que o CONARE, além de ser um foro de decisão sobre a elegibilidade de refugiados, também permitia a discussão de questões que envolviam a integração daquelas pessoas à sociedade de acolhida. O Doutor José Eduardo Elias Roma, Representante do Ministério da Educação, afirmou que a discussão dos refugiados introduzia no contexto democrático de direito o elemento da diferença, e a preocupação com a inclusão dos refugiados inserida no debate do CONARE tinha uma feição pedagógica no que tangia à consolidação do estado democrático de direito no Brasil, razão pela qual era com a satisfação desta constatação que dava as boas vindas à Doutora Hope. A seguir, o Senhor Presidente submeteu ao Plenário a ata da reunião anterior, a qual foi devidamente aprovada por todos presentes. Em continuidade, o Senhor Presidente deu início à discussão plenária dos quatro casos de candidatos a reassentamento no Brasil, indicados pelo ACNUR, dos quais três afegãos e um palestino, ocasião em que o Doutor Agni, Representante Regional do ACNUR em Buenos Aires, propôs fossem consideradas, preliminarmente, as solicitações de [...] e [...] da Palestina, eis que as demais seriam objeto de averiguações mais concisas. Neste momento, o Doutor Luiz Paulo sugeriu que o CONARE aprovasse a missão de seleção do governo brasileiro, objetivando entrevistar os quatro candidatos a reassentamento, o que não impediria a exclusão daqueles casos que ainda estavam sendo objeto de estudo por parte do ACNUR. Salientou que as entrevistas seriam realizadas pelo CONARE, sem que se descartasse a utilização de outras alternativas, enfatizando a necessidade de oferecer aos refugiados, candidatos a reassentamento, uma ampla visa do Brasil. Neste momento, unanimemente, os membros do Comitê aprovaram a realização de entrevistas àqueles candidatos indicados pelo ACNUR. Dando continuidade, a Doutora Hope Hanlan fez referência à primeira missão na qual participou como Diretora do Escritório para as Américas, na Colômbia, asseverando que depois de trabalhar em Angola durante os primeiros momentos da guerra civil, até então, não havia presenciado um quadro tão dramático, de uma população quase esquecida, afirmando que os angolanos merecem a atenção mundial. Assinalou que quando, nos estudos sobre a situação de origem dos países dos solicitantes de refúgio, se constata a existência de ocorrências que ultrapassam os níveis suportáveis de sofrimento, como no caso colombiano, o ACNUR elabora um documento padrão, após longos estudos e pesquisas, cuja aplicação é recomendada, momento em que o Doutor Cândido informou que o Doutor Agni já havia disponibilizado tal documento ao CONARE, relatando, também, que durante a sua participação em março do corrente ano, em Quito, na reunião do Conselho Episcopal Latino Americano, teve a oportunidade de escutar depoimentos prestados por bispos e por funcionários do próprio ACNUR, que demonstravam a grave situação da Colômbia. Posteriormente, o Doutor Cândido perguntou à Doutora Hope Hanlan sobre a questão da reinstalação do escritório do ACNUR no Brasil, ocasião em que lhe foi confirmada a abertura do processo de seleção do futuro Representante neste país. Nesta oportunidade, o Doutor Marcio Fagundes do Nascimento, Representante Suplente do Ministério das Relações Exteriores, expressou a satisfação do Comitê com a notícia da reabertura do escritório do ACNUR em nosso país, eis que era uma antiga expectativa a de que aquele Organismo correspondesse aos esforços do Brasil que, nesses últimos anos, tinha se empenhado em elaborar uma legislação moderna e ousada, e constituído o CONARE com uma representação diversificada que tem desempenhado suas funções com a maior seriedade possível, ressaltando ,também, que a seleção do novo Representante deveria privilegiar o candidato que tivesse conhecimento da realidade brasileira, de maneira a otimizar, desde o primeiro dia, suas ações. Ainda, o Secretário Marcio assinalou que o retorno do ACNUR ao Brasil constituirá um importante fator de ajuda no fortalecimento dos vínculos entre o CONARE e a sociedade brasileira. Em seguida, o Padre Ubaldo disse que há oito anos se alimenta a idéia de que a integração local de refugiados deva ser feita mediante uma ação tripartite, ou seja, Governo, sociedade civil e o ACNUR, o que será reforçado com o retorno do ACNUR ao Brasil, destacando que o papel de cada uma das partes possibilitará um envolvimento dos vários segmentos do país com a questão da integração. Também, o Padre Ubaldo falou que em termos

de uma visão macro do problema faz-se necessário um maior engajamento do Governo de forma a alocar maiores recursos orçamentários à causa dos refugiados, acreditando que a presença diária do ACNUR possa facilitar as negociações, eis que o que está em evidência é toda uma história, uma opção de que o país queira assumir realmente o programa dos refugiados, acolhendo não só três mil, mas, dez mil refugiados, perguntando, ao final, se o ACNUR estaria disposto a assumir esta parte. Em resposta, a Doutora Hope disse que, embora o ACNUR tenha sempre a intenção de proteger um número cada vez maior de refugiados, está passando por uma fase em que não é fácil conseguir os fundos de que necessita, eis que foi preciso cortar sete postos para manter o nível de recursos no Brasil, relatando que a Senhora Flor Rojas, que irá assumir o posto na Argentina em 15 de julho, tem grande capacidade em identificar possibilidades empresariais, a exemplo do que fez em Atenas. Ainda, o Padre Ubaldo explicou que não estava pedindo mais fundos ao ACNUR, mas sim, insistindo, como já fez sem êxito no passado, que o ACNUR negociasse com o Governo no sentido de que este financiasse o Programa, frisando que não entendia o porque do ACNUR não fazer uma pressão pública neste sentido. Neste momento, a Doutora Hope afirmou que para o ACNUR era mais importante o compromisso de um governo para com a questão humanitária de acolhimento aos refugiados do que o próprio dinheiro. Nesta oportunidade, o Presidente deu por encerrada a reunião, mencionando que a notícia da reabertura do Escritório do ACNUR é sinônimo de prestígio do Brasil e um gesto de reconhecimento pelo o que o país vem fazendo nesta área, dizendo que certamente a Representação facilitará o desenvolvimento da política de refugiados, quer seja na admissão, quer seja na integração local, inclusive no reassentamento que iniciamos recentemente, fortalecendo com essa aproximação o tripé tripartite do Programa: Governo, sociedade civil e Nações Unidas. Nada mais havendo, o Senhor Presidente, agradecendo a presença dos participantes, declarou encerrada a reunião, da qual Izabela Barbosa Miguel, Coordenadora do CONARE presente ata que vai devidamente assinada pelo Presidente.